

# Economia Nacional e Capitalismo: Um Enfoque Histórico-Methodológico

Gentil Corazza

*Departamento de Economia da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS), Brasil*

---

## Resumo

*O texto pretende analisar a unidade e a contradição entre as economias nacionais e o capitalismo, a partir de um esquema conceitual que inclui aspectos históricos e teóricos. Do ponto de vista histórico, a unidade se expressa no período em que o capitalismo se consolidou como economia nacional e a contradição consiste em que o desenvolvimento do capitalismo implica a progressiva abertura comercial, produtiva e financeira das economias nacionais. O processo de mundialização do capitalismo se expressa através da sucessão de um conjunto de configurações históricas: a configuração “inter-nacional”, a configuração “multi-nacional” e a configuração global. Do ponto de vista teórico, afirma-se a irreversibilidade do processo de mundialização do capitalismo e de abertura das economias nacionais, pois não se trata de um processo aleatório, nem politicamente determinado, mas decorrente da natureza expansiva do capital em busca de sua valorização.*

*Palavras-chave:* Economia Nacional, Capitalismo, Globalização  
*Classificação JEL:* N40

---

## Abstract

*The paper aims to analyze, in a historical perspective, as well as in a theoretical view, the unity and the contradiction between national economies and capitalism. On the one hand, in a historical perspective, it demonstrates that the unity takes place in the period of consolidation of capitalism as a national economy. It also argues that the contradiction means that the capitalist development implies a commercial, productive and financial progressive opening of the national economies. Moreover, it shows that the globalization process of capitalism takes form through three historical configurations: the “inter-national”, the “multi-national” and the global configuration. On the other hand, in a theoretical view point, the article argues that the capitalist globalization process is irreversible.*

## 1 Introdução

Este texto pretende analisar a unidade e a contradição entre as economias nacionais e o capitalismo, a partir de um esquema conceitual que inclui aspectos históricos e teóricos.

A formação das economias nacionais resultou de um conjunto de razões de ordem econômica, política e social, que foram fundamentais para o capitalismo incipiente. Para esta unidade histórica contribuíram, tanto as necessidades do Estado nacional de novas fontes de recursos fiscais, como a necessidade do capitalismo de uma infra-estrutura institucional e física para sua consolidação e desenvolvimento. Por fim, a necessidade social

---

\* Professor do Departamento de Economia da UFRGS. Bolsista da CAPES junto à Universidade de Paris I Panthéon Sorbonne – MSE – Matisse, sob a orientação do Prof. Dr. Rémy Herrera. Bolsista do CNPq. *Email address:* gentil@ufrgs.br (Gentil Corazza)

de repartição da renda e da riqueza, que dependiam de decisões políticas e da positiva intervenção dos Estados no domínio econômico.

No entanto, a contradição entre as peculiaridades das economias nacionais, centradas fronteiras territoriais e políticas dos Estados nacionais, e o capitalismo intrinsecamente mundial começou a se manifestar desde o início e se aprofundou progressivamente até os dias atuais. A tendência à mundialização do capitalismo enfraquece o poder de regulação dos Estados nacionais e priva a sociedade da garantia de seus direitos e conquistas sociais.

Nesta perspectiva, o texto objetiva afirmar alguns pontos centrais:

Primeiro, a contingência histórica das economias nacionais, cuja formação teve uma origem “internacional”<sup>1</sup>, constituída pelas “economias-mundo” e pelo comércio de longa distância, e cujo desenvolvimento tende a acentuar sua contradição com o capitalismo, enquanto sistema econômico intrinsecamente mundial.

Segundo, a contradição teórica entre economia nacional e capitalismo, que se manifesta no caráter irreversível do processo de mundialização financeira do capitalismo, mesmo que contido temporariamente por intervenções políticas ou pelas próprias crises financeiras. O desenvolvimento capitalista é impulsionado a partir do seu interior, pelo caráter expansivo da lei do valor e da valorização do capital, que procura romper todas as fronteiras e obstáculos com que se defronta. O desenvolvimento do capital tende a anular o espaço através da aceleração do tempo. Assim,

---

<sup>1</sup> O termo entre aspas assume um sentido de mundial, pois está sugerindo a existência de uma economia “internacional” anterior às economias nacionais e seu sentido corrente significa uma relação entre economias nacionais já constituídas.

do ponto de vista histórico, o desenvolvimento das relações financeiras internacionais ou da globalização financeira, não parece ser nem um processo aleatório, nem um processo politicamente determinado.

Terceiro, o desafio metodológico e epistemológico constituído pela dominância crescente e acentuada da realidade mundial sobre as realidades nacionais e da lógica financeira sobre a lógica comercial e produtiva. Esta perspectiva questiona uma ciência econômica, que ainda se fundamenta no paradigma tradicional do comércio internacional baseado na economia nacional, na imobilidade do capital, na especialização e na lei das (naturais) vantagens comparativas. O que se propõe é inverter esta perspectiva teórica, que parte da produção e do comércio nacionais, em favor de um novo enfoque, que coloque o mundial e o financeiro, como fatores determinantes das realidades econômicas nacionais, na medida em que ambos adquirem autonomia e determinação próprias, deixando de ser mero reflexo das realidades nacionais. E a história, do seu início aos dias atuais, parece não fazer mais do que confirmar esta tendência intrínseca à mundialização e à financeirização que caracteriza a economia capitalista.

Nesta perspectiva e visando atingir estes objetivos, o estudo se estrutura da seguinte forma: após esta Introdução, no item 2, analisa-se a formação das economias nacionais a partir das “economias-mundo”; no item 3, o processo de “desconstrução” das economias nacionais, impulsionado pela lógica comercial, produtiva e financeira; no item 4, procura-se desenvolver os conceitos teóricos para entender o processo de mundialização financeira do capitalismo. Por fim, uma conclusão procura resumir as principais idéias do texto e reafirmar a questão da sobrevivência das sociedades nacionais, desprovidas de autoridades políticas nacionais, que lhes assegurem a necessária participação na distribuição da renda e na riqueza mundial.

## 2 A Formação Mundial das Economias Nacionais

Para começar, talvez pudesse ser dito das economias nacionais o que Thiesse (2000) afirma sobre a origem das identidades nacionais: nada mais “internacional” que a formação das economias nacionais. Com efeito, as economias nacionais tiveram uma origem “internacional” ou mundial, pois sua formação se deu a partir do desenvolvimento das “economias-mundo”<sup>2</sup> ou “sistema mundial”, segundo as denominações de Braudel (2002) e Wallerstein (1985), as quais eram centralizadas em cidades-Estado, como Veneza e Amsterdã, e dinamizadas pelo comércio de longa distância, instrumentalizado pelo Estado, como assinala o próprio Braudel (2002). Marx reconhece um esboço de produção, comercialização e de acumulação capitalista nessas Cidades-Estados do final da Idade Média.

É importante ressaltar que tanto as “economias-mundo”, centradas nas cidades-Estado mercadoras, como as próprias economias nacionais, no seu processo de formação, foram estruturadas pelo comércio externo de longa distância ou, se quisermos, pelo comércio “internacional”. Foi este comércio que uniu ou que criou relações regulares entre todas as partes economicamente reconhecidas do mundo.

Nesta perspectiva, Adda (2002) acentua a necessidade de destruição do mito de que a circulação internacional de mercadorias ou as relações comerciais internacionais seriam o pro-

---

<sup>2</sup> No conceito de Braudel, uma “economia-mundo” forma um “todo econômico” e se caracteriza por três aspectos básicos: a descontinuidade territorial de economias locais, sua interligação pelo comércio de longa distância e sua centralização econômica e política em torno de um polo dominante, uma Cidade-Estado mercadora. Este “coração anima, explora, domina uma periferia dependente”.

longamento natural do crescimento das economias nacionais, ou seja, que a história econômica seria expressão de um movimento progressivo de expansão e integração de mercados nacionais formando um mercado internacional. Esta concepção de um movimento econômico que se desenvolve do interior para o exterior é um mito criado por Smith, que toma como ponto de partida de sua análise as economias nacionais já constituídas. Trata-se, na verdade de uma dupla projeção no tempo e no espaço de características de uma economia nacional de mercado europeia já constituída no século XVIII.

No entanto, os fatos indicam que o processo histórico seguiu um caminho inverso, pois foi a partir do comércio exterior de longa distância que se formaram as economias nacionais. Os mercados externos, de início, desconectados das estruturas econômicas internas, acumularam grande volume de riqueza, que foram instrumentalizadas pelos Estados nacionais em seu proveito. Só depois, uma nova conjuntura uniu interesses de príncipes e comerciantes em prol do desenvolvimento do mercado interno, fator decisivo para a formação e desenvolvimento das economias nacionais.

É neste sentido que a formação de um mercado nacional constitui elemento determinante da formação de uma economia nacional. O mais importante é a imbricação do mercado externo com o mercado interno na formação da economia nacional. Nesse processo que vai do mundial para o nacional, do externo para o interno, inclusive as rivalidades externas entre Estados europeus contribuíram para a unificação interna, na medida em que estes davam mais poder externo, face aos governos rivais. Mas Norel et alii (2004) enfatiza que foi a “instrumentalização do comércio exterior em prol do dinamismo econômico interno que permitiu o desenvolvimento da economia nacional”.

Assim, nascida das relações comerciais “internacionais”, a economia mercantil penetra no campo e nas cidades, quebrando

monopólios e desmanchando obstáculos à circulação interna de mercadorias, processo este fortemente apoiado pelos Estados nacionais, os quais, por sua vez, eram apoiados por uma classe mercantil enriquecida durante séculos de comércio externo. A união entre Estados e mercadores reforça e atende os seus interesses recíprocos. Na verdade, os novos Estados se unificam a partir das guerras, seu Tesouro é administrado por hábeis comerciantes e são financiados por ricos banqueiros. Assim, comerciantes e banqueiros se infiltram em todos os lugares-chaves da administração estatal, onde interesses públicos e privados se misturam. É o contexto de crise interna e externa que força governos e comerciantes em favor do desenvolvimento dos mercados internos. A unificação do mercado interno envolve o comércio, a unidade monetária, pesos e medidas e, sobretudo, a formação do mercado de trabalho.

O mercado interno foi “criado” pelo comércio externo de longa distância e pelo Estado nacional moderno, cujo processo de formação precede o das economias nacionais, embora a consolidação e desenvolvimento de ambos se reforce mutuamente. É neste sentido que aponta a afirmação de Braudel (2002), de que uma economia nacional “é um espaço político transformado pelo Estado, (...) um espaço econômico coerente, unificado, em que as atividades podem se conduzir em conjunto numa mesma direção”. Este espaço econômico coerente se efetiva com a criação do “mercado nacional”.

Braudel (2002) afirma que, entre 1400 e 1800, a economia de trocas é ainda muito imperfeita, pois o mercado ainda não consegue unir toda produção a todo consumo, dado que uma enorme parte da produção se destina ainda ao autoconsumo e não entra no circuito do mercado. Além de distinguir claramente os conceitos de economia de mercado e de capitalismo, Braudel afirma que tanto uma como o outro, até o século XVIII, são realidades

minoritárias, pois a massa das ações dos homens permanece contida no imenso domínio da vida material. Embora seja um elemento muito ativo, que tente invadir tudo, antes do século XIX, a economia de mercado se reduz, muitas vezes, a uma fina camada entre o oceano da vida cotidiana e o processo capitalista, que começa a manobrar a ambos a partir de cima. Mas a economia de mercado não cessa de se expandir entre os séculos XV e XVIII.

Da mesma forma que a economia de mercado, também o capitalismo se forma progressivamente, sem rupturas ao longo de vários séculos. Para muitos autores, embora haja capital, ainda não existe capitalismo, como sistema econômico propriamente dito, antes da Revolução Industrial do século XVIII. Ou seja, segundo Braudel (2002), “O capitalismo não triunfa senão quando ele se identifica com o Estado, quando ele é o Estado”. O que ele está dizendo é que o capitalismo se impõe, quando os homens do dinheiro chegam ao poder. Foi assim nas Cidades-Estado italianas, em Amsterdã do século XVII, na Inglaterra, com a Revolução de 1688, na França, com a revolução de julho de 1830, quando “a burguesia dos negócios se instala confortavelmente no poder”. Seu desenvolvimento e seu sucesso dependem de determinadas condições sociais. O capitalismo “exige uma certa tranqüilidade da ordem social, bem como uma certa neutralidade, ou fraqueza, ou complacência do Estado”.

O Estado moderno, em gestação no século XIV e XV, estimula a modelização das economias locais, visando o imposto e, com ele, poder promover obras públicas e permitir/garantir a criação de uma dívida pública e a expansão do crédito, concedida pelos grandes comerciantes, e também do mercado financeiro. O Estado, tanto precede como estimula o comércio de longa distância, mas os mercadores vão progressivamente reforçando a lógica de regulação mercantil e a influência dos sinais de mercado sobre



o conjunto social, o que vai progressivamente minando a autoridade do próprio Estado.

Foi a pressão do comércio externo que forçou a produção interna e esta foi exigindo a eliminação progressiva das barreiras internas ao comércio. A unificação do espaço econômico interno se materializa no final do século XVIII, tanto na Inglaterra como na França. É o nascimento de fato do mercado nacional e, por consequência, da economia nacional moderna. Nessa evolução, merece ser destacada a imbricação “externo-interno” e o fato de que as relações econômicas externas são colocadas a serviço das economias internas. O mercantilismo representa uma estratégia de consolidação do Estado nação.

Este processo se materializa também ao nível do pensamento, quando os autores mercantilistas passam a colocar o quadro nacional como unidade de referência econômica e a economia nacional assume uma forma de existência teórica, como destaca Norel et alii (2004).

Embora as economias nacionais tenham sido fundamentais para a consolidação e desenvolvimento do capitalismo e, em certo sentido e numa determinada fase, economia nacional e capitalismo se tenham tornado quase sinônimos, a formação do capitalismo não só é historicamente anterior às economias nacionais, e no seu desenvolvimento tende a transcender essas economias, mas, na sua essência e no seu objetivo, revela-se incompatível com a economia nacional contida em fronteiras territoriais e políticas e, por isso, tende a destruí-las. O capitalismo é intrinsecamente mundial e seu desenvolvimento pleno significa a “desconstrução” das economias nacionais. Poderíamos dizer que o capitalismo forjou as economias nacionais para se consolidar e se desenvolver, mas seu desenvolvimento pleno significa também a progressiva desintegração das economias nacionais.

Portanto, a identificação do capitalismo com a economia nacional não representa o começo do capitalismo, nem parece ser seu destino final. A economia nacional representa uma fase intermediária e transitória no desenvolvimento histórico de longo prazo do capitalismo. Embora lance suas raízes no comércio “internacional”, o capitalismo se desenvolveu historicamente enquanto capitalismo nacional, fechado em fronteiras territoriais sob a jurisdição do poder político dos Estados nacionais soberanos.

Assim, os capitalisms nacionais se apresentam, antes de tudo, como realidades históricas contingentes. Não representam nem o começo e, provavelmente, nem o final do capitalismo. São uma fase histórica não só transitória, mas também contraditória com o pleno desenvolvimento financeiro e mundial do capitalismo enquanto tal. Num olhar de longo prazo, o desenvolvimento do capitalismo, como economia intrinsecamente mundial, significa ao mesmo tempo a progressiva “desconstrução” e superação das economias nacionais.

### **3 A “Desconstrução” Comercial, Produtiva e Financeira das Economias Nacionais**

Após a breve análise da formação das economias nacionais, passamos a analisar as suas relações externas, ou seja, as suas relações internacionais, em três diferentes momentos e sentidos: primeiro utilizamos o termo “inter-nacional”, para realçar que se trata de relações externas entre economias nacionais, como unidades plenamente constituídas e determinantes de suas relações; depois, utilizamos o termo “multi-nacional”, para designar o fracionamento da unidade econômica nacional, com a formação de uma nova realidade ou de um novo espaço econômico

“multi” nacional; por fim, utilizamos o termo mundial ou global, para realçar não a superação da economia nacional, mas a dominância do mundial sobre o nacional. Cabe notar, no entanto, que, fora desses casos específicos, o termo internacional é usado no seu sentido corrente.

Essas relações assumem, progressivamente, em suas diferentes fases e configurações a forma dominante e sucessiva de relações comerciais “inter-nacionais”, relações produtivas “multi-nacionais” e relações financeiras mundiais. Não se trata propriamente de uma análise da história fática, mas, sobretudo, da caracterização do processo de mundialização do capitalismo em suas diversas dimensões/configurações históricas, cada qual impulsionada por uma lógica dominante de funcionamento. A lógica comercial, que predomina na configuração “inter-nacional”, a lógica produtiva, que impulsiona a configuração “multi-nacional” e a lógica financeira, dominante na configuração global<sup>3</sup>. No entanto, os três processos ou as três lógicas do capitalismo coexistem e se reforçam mutuamente. O que se altera é seu peso ou sua hierarquia em cada fase histórica. Além disso, cada configuração é regida por um tipo de regulação: no primeiro caso, uma espécie de regulação “inter-estatal”, no segundo, uma regulação acordada entre os Estados nacionais e empresas multinacionais, e no terceiro, uma pretensa auto-regulação pelos mecanismos de mercado.

### *3.1 A lógica comercial e a formação do espaço “inter-nacional”*

Embora os primeiros economistas tenham teorizado a economia internacional a partir da existência prévia das economias na-

---

<sup>3</sup> Este esquema conceitual tem por base os trabalhos de Michalet (2002) e Adda (2002).

cionais constituídas, logo perceberam que as fronteiras políticas, em que se inseriam essas economias, representaram um freio à tendência de expansão mundial da economia capitalista. Smith, por exemplo, confere uma dimensão “inter-nacional” à divisão e à produtividade do trabalho. No mesmo sentido, o modelo de Ricardo das “vantagens comparativas” enfatizava a especialização e a abertura das economias nacionais. Da mesma forma, também teóricos marxistas, como Rosa Luxemburgo e Lênin, acentuaram a importância fundamental das trocas “inter-nacionais” como chave da acumulação de capital e a necessidade vital que elas representavam para o desenvolvimento do capitalismo mundial.

No entanto, como adverte Michalet (2002), a grande maioria das análises sobre a economia mundial da atualidade ainda está baseada neste paradigma da economia “inter-nacional” tradicional, fundado sobre o comércio de mercadorias e serviços entre economias nacionais. Mas, este paradigma tradicional representa apenas um dos aspectos do processo de mundialização do capitalismo, o do comércio de mercadorias na sua fase “inter-nacional”, o qual passou por outras fases e configurações históricas, como a configuração “multi-nacional” e a configuração global, sem que o paradigma teórico tenha se alterado substancialmente. Historicamente, a abertura externa das economias nacionais, que era vista como necessária ou como um imperativo para o seu próprio desenvolvimento, não se restringe à exportação de mercadorias, como supunha o modelo clássico, mas evolui para outras configurações, onde predomina a exportação de capital industrial e de sistemas produtivos, bem como de circulação mundial do capital financeiro.

A abertura do espaço econômico nacional se deu inicialmente através do comércio “inter-nacional” de mercadorias, a partir de uma dinâmica centrada nas economias nacionais, já plenamente constituídas. Ao mesmo tempo, as outras dimensões do

processo de mundialização do capitalismo, como a dimensão produtiva e a financeira, presentes de forma mais tênue nesta fase, se subordinam ao princípio regulador das trocas internacionais de mercadorias. Aqui, a exportação de mercadorias é regulada pela lógica comercial ou, se quisermos, pela lógica concorrencial baseada no preço das mercadorias transacionadas, e pelo princípio da especialização “inter-nacional”, que repousa sobre as diferenças de produtividade setorial entre as economias nacionais. Essas diferenças nacionais são consideradas naturais ou dadas *ex-ante* e vão determinar a especialização de cada país cujos benefícios estão associados ao princípio da liberdade das trocas internacionais. Nesta configuração, a figura do comerciante, que seria o ator principal, fica ofuscada pela ação do Estado nacional, através da política comercial e de controle sobre o território, que abriga o estoque dos fatores produtivos, responsáveis pela produtividade das economias nacionais.

Como já assinalamos, na configuração “inter-nacional”, em seu longo período histórico, prevaleceram diferentes modalidades formais e formais de um tipo de regulação “inter-estatal”, cujo ápice e momento final foi o Sistema de Bretton Woods, que regeu as relações “inter-nacionais” após a Segunda Guerra Mundial, até o início da década de 1970, e cujas regras principais permitiam um elevado grau de autonomia para as economias e para as políticas nacionais.

Concluimos este tópico com a afirmação de Michalet (2003) de que “o transpor das fronteiras nacionais pelas mercadorias, registradas na entrada e na saída pelas estatísticas dos Balanços de Pagamentos e tributadas pelo Estado, representa o ato fundador da mundialização”.

### 3.2 *A lógica produtiva e a formação do espaço “multi-nacional”*

A abertura das economias nacionais, iniciada pelo comércio “inter-nacional” de mercadorias, se aprofunda e assume uma nova dimensão com a formação do espaço econômico “multi-nacional”, através da exportação de capitais e de sistemas produtivos. O processo de “multi-nacionalização” produtiva, que inicia já no final do século XIX e se atenua durante as duas Guerras Mundiais e a crise dos anos 30, se torna realmente dominante depois da Segunda Guerra Mundial, mas especialmente no período que vai de meados da década de 1960, até meados da década de 1980, um período de transição entre o Consenso de Bretton Woods, do pós-guerra, e o Consenso de Washington, na década de 1990.

Neste processo de “multi-nacionalização” produtiva, se expande a exportação de capital, de sistemas produtivos e de relações de produção capitalistas, especialmente na forma de investimentos diretos estrangeiros (IDE), efetuados pelas empresas multinacionais (EMN). O fato mais importante desse processo é a constituição de um espaço “multi-nacional” sobreposto às economias nacionais, um verdadeiro mercado interno à estrutura das EMN. Na verdade, trata-se mais de uma circulação de capitais “intra-firmas”, do que de uma circulação entre economias nacionais, como era a circulação de mercadorias na configuração “inter-nacional”. Com a emergência das EMN, a separação entre o espaço “multi-nacional” e o espaço territorial dos Estados nacionais não cessa de aumentar.

Apesar das transformações operadas pelas EMN, os fluxos comerciais continuam ainda a ser pensados como se desenvolvessem entre países a um preço determinado pela oferta e procura no mercado internacional, mas isto mudou muito com o fenômeno da “multi-nacionalização”, no qual uma parte crescente das tro-

cas “inter-nacionais” se processa no espaço integrado interno das EMN. Neste mercado interno “multi-nacional”, os preços não são mais determinados pelo mercado, pois assumem a forma de preços de transferência, fixados de acordo com a estratégia das próprias EMN.

Qual o montante do comércio mundial que circula intra-firma “multi-nacional”? Os dados são difíceis, mas estima-se que, em 1977, por exemplo, 48% do total das importações e 36% das exportações norte-americanas eram constituídas de fluxos intra-firma (Michalet 1999). Nos anos 1970, a média geral estava acima de 1/3, com exceção do Japão, mas o percentual pode variar de setor para setor. No caso da indústria automobilística, por exemplo, o percentual do comércio interno é estimado em 63%. Assim como uma grande parte do comércio, também o conhecimento científico e técnico circula no espaço “multi-nacional”. Estima-se que mais de 80% desse conhecimento seja propriedade das EMN e, portanto, circule nesse espaço “multi-nacional”.

As EMN, inicialmente, exportam suas mercadorias para um país determinado. Depois, criam uma filial para distribuir seus produtos no local e, finalmente, decidem implantar uma unidade produtiva nesse país. Após a implantação, num primeiro momento, as EMN se especializam em produzir produtos para esse mercado, depois sua produção é realizada de acordo com uma lógica global e ela se torna, na verdade, uma grande montadora.

A lógica que move a “multi-nacionalização” produtiva das EMN obedece a um conjunto de razões, dentre as quais podem ser ressaltadas as seguintes: a conquista estratégica de mercados, a redução dos custos de produção, contornar o protecionismo comercial do país importador de seus produtos, a queda de rentabilidade no país sede, o acesso a fontes de matérias primas e a concorrência oligopólica das demais EMN.

Importa ressaltar que o princípio da especialização entre economias nacionais, que vigorava sob a lógica da “internacionalização” comercial, embora não desapareça, é substituído pelo princípio da competitividade, que se transforma no motor central da lógica econômica comandada pelas EMN. Trata-se de uma concorrência oligopólica entre poucas e grandes firmas, que substitui a concorrência livre entre muitas e pequenas firmas. A concorrência entre as EMN se intensifica muito devido à multiplicação das próprias EMN e à diversificação de suas origens nacionais, especialmente com a entrada em cena das EMN européias, na década de 1970, e das japonesas, no decorrer da década de 1980.

A natureza da especialização também muda, pois passa a operar em novas bases e não mais a partir da dotação do estoque natural de fatores de produção imobilizados no território dos Estados nacionais. Agora, os fatores circulam de acordo com as necessidades das firmas. A especialização territorial e as próprias “vantagens comparativas” não são mais naturais ou dadas *ex-ante*, numa economia fechada, no jogo do livre-cambismo, pois resultam das decisões das EMN, atuando numa economia aberta. Como afirma Michalet (2002):

“A atratividade do território e sua especialização são indissociáveis das estratégias das firmas. A vantagem da localização num dado momento pode ser apenas potencial: ela só se tornara efetiva através da escolha de implantar uma determinada unidade produtiva ou de produzir um produto”.

A diferença com o modelo ricardiano é que não são mais as vantagens comparativas entre dois países que determinam sua especialização, pois é mais plausível pensar que os investidores escolhem a melhor localização possível em função de sua estratégia global do que em função de fatores locais.



Embora a dinâmica “multi-nacional” seja dada pelos IDE, a dimensão financeira participa mais intensamente e a circulação internacional de mercadorias e serviços também cresce com a própria expansão das atividades das EMN. Os fluxos de IDE, na verdade, são fluxos de capital de longo prazo para implantação das EMN, mas envolvem outras fontes de financiamento, além dos recursos das empresas-mãe, pois as filiais são estimuladas a demandar crédito local e a fazer empréstimos no mercado internacional de capitais.

A dominância da lógica da “multi-nacionalização” produtiva também introduz mudanças no sistema de regulação. A regulação do Sistema de Bretton Woods (SBW) foi elaborada ainda na vigência dos princípios da configuração “inter-nacional”, mas a emergência das EMN enfraquece os Estados nacionais, forçando-os a uma regulação negociada na forma de “códigos de investimentos estrangeiros”, em geral, restritivos aos IDE. Tais restrições incluíam, por exemplo, a proibição de investir em determinados setores privativos de empresas nacionais ou estatais, a participação minoritária em empresas nacionais, a obrigação da presença de diretores locais nos conselhos das empresas, o compromisso de equilibrar importações e exportações das filiais estrangeiras no país e de comprar de empresas locais, transferindo-lhes tecnologia, e ainda, restrições à remessa de lucros e dividendos para o país de origem das EMN.

Essas regras restritivas, porém, não eram suficientes para evitar conflitos entre as EMN e os Estados nacionais, os quais, muitas vezes, acabavam na nacionalização das próprias empresas estrangeiras. No entanto, essas restrições e riscos de nacionalização não eram motivo suficiente para desestimular o ingresso de IDE, tendo em vista manter e ampliar a conquista dos mercados, antes feita através das exportações.

O fim da paridade fixa entre moedas e as taxas flexíveis de

câmbio, antes um direito dos Estados nacionais, sinaliza a perda de poder em favor das EMN. Assim, como afirma Michalet (2002), “de maneira discreta, o poder econômico começa a mudar de mãos”.

### *3.3 A lógica financeira e a formação da economia mundial*

Embora a tendência à mundialização seja intrínseca ao capitalismo e venha se desenvolvendo desde suas origens, a configuração de uma economia mundial, dominada pela lógica da circulação e valorização financeira, só se torna realmente dominante, a partir de meados da década de 1980.

A dominância da configuração global acontece no decorrer dos anos 1980, quando fracassam as tentativas de coordenação e de reestruturação do Sistema de Bretton Woods e se afirmam as regras do Consenso de Washington. A forma como se estabeleceu esse “consenso”, sem um ato fundador, como foi o da Conferência de Bretton Woods, traduz perfeitamente os princípios e as características desta configuração histórica da mundialização do capitalismo.

Nesta fase, ou nesta configuração histórica, afirma-se o primado da circulação do capital financeiro, num espaço econômico ou numa economia que já não é mais predominantemente “internacional”, nem “multi-nacional”, mas mundial, e a dominância da lógica da rentabilidade financeira sobre a lógica da rentabilidade comercial e produtiva em todas as atividades econômicas. Neste espaço mundial, a interdependência entre as dimensões da mundialização assume a forma de uma grande autonomia da dimensão financeira, na medida em que a circulação e a lógica da rentabilidade financeira fixam a norma de circulação e rentabilidade às demais atividades produtivas e comerciais. Como

afirma Michalet (2002), “a generalização da norma de rentabilidade financeira medida pelo *return on equity* constitui a forma da interdependência entre as dimensões na configuração global”. A dominância da lógica financeira sobre as demais atividades econômicas significa também uma vitória dos rentistas ou da lógica rentista, antes condenados à eutanásia, sobre as demais formas de rendimento, em especial a dos assalariados, pois parte significativa do capital produtivo e comercial também se beneficia da lógica rentista.

Em síntese, a configuração desse espaço mundial se caracteriza pela interação de três fatores: o acúmulo de um volume crescente de riqueza monetária e financeira, na forma de ativos com diferentes graus de liquidez e denominados em diferentes moedas; a mobilidade crescente desses ativos, propiciada pelo desenvolvimento extraordinário da informática e das telecomunicações, de tal forma que seu movimento foge aos controles dos bancos centrais; e finalmente, pelo regime de taxas de câmbio flutuantes, que engendram oportunidades extraordinárias de ganhos especulativos. Neste contexto, o próprio ciclo econômico real assume forma errática e passa a ser comandado pelo ciclo de valorização e desvalorização dos ativos financeiros.

Outro aspecto relevante é que o livre funcionamento dos mercados pretende afirmar-se como princípio exclusivo de regulação da economia. A regulação pelos mercados significa um verdadeiro deslocamento do poder econômico dos atores públicos em favor dos atores privados, ou mesmo uma vitória dos mercados mundiais sobre os Estados nacionais. As mudanças no estatuto dos IDE traduzem, de fato, alterações radicais nas “regras do jogo” entre Estados nacionais e EMN. Agora, não são mais os Estados nacionais, mas as EMN que impõem as condições e exercem uma verdadeira “sedução das Nações”, que concorrem entre si para oferecer as melhores condições de atratividade aos IDE.

No entanto, como lembra Michalet (2002), a dinâmica da mundialização se contrapõe tanto à utopia do discurso liberal, que visualiza na constituição de um único mercado planetário o fim da história, quanto à utopia anti-mundialização, que acredita na reversão da história em direção a um capitalismo nacional regulado por um Estado de bem-estar social. A mundialização representa uma fuga para a frente de um movimento desenfreado e contraditório do capital.

#### 4 A Dimensão Teórica da Mundialização Financeira

A dimensão monetária e financeira do capitalismo fundamenta sua natureza intrinsecamente mundial. Isto quer dizer que a economia nacional, fechada em si mesma, é teoricamente incompatível com o processo de valorização do capital em escala mundial, em suas formas comercial, produtiva e financeira. É isto que se pretende analisar neste tópico.

A natureza mercantil da economia capitalista, economia de mercado, fundada na propriedade privada e na divisão social do trabalho, cuja razão de ser é a criação e a valorização de valores mercantis, sintetizadas na valorização do capital, postula, para realizar seu objetivo, a existência do dinheiro, como uma de suas propriedades constitutivas. O dinheiro, por sua vez, se transforma em capital monetário, cuja valorização se expressa no acúmulo da riqueza abstrata<sup>4</sup>. Por isso, a economia capitalista é uma economia essencialmente monetária, que desenvolve necessariamente sua dimensão creditícia, financeira e mesmo fictícia.

A dominância dos fenômenos monetários e financeiros contem-

---

<sup>4</sup> “A sede de enriquecimento enquanto tal é impossível sem o dinheiro” (Marx 1984a).

porâneos carece de explicação teórica. Mesmo no campo do marxismo e da teoria pós-keynesiana, é limitado ainda o esforço para explicar a natureza teórica e a dinâmica do capitalismo mundial. No entanto, apesar de Marx não ter deixado uma teoria financeira acabada, elaborou conceitos que possibilitam explicar a natureza dos fenômenos financeiros internacionais da atualidade. Referimo-nos especificamente aos conceitos de capital monetário a juros e de capital fictício. A esses dois conceitos, deve ser acrescentado o de capital financeiro, que tem uma longa história dentro da tradição marxista, além de seu amplo uso empírico corrente.

A compreensão desses conceitos, porém, está relacionada com a análise da gênese do dinheiro e sua transformação em capital. Assim, todos os movimentos dos capitais financeiros atuais e suas formas fictícias de valorização têm no conceito de valor e, especialmente, no conceito de capital, como um valor que se valoriza, sua explicação. Isto significa que o desenvolvimento da economia capitalista, a partir de suas bases produtivas nacionais, em direção a um capitalismo cada vez mundial e financeiro não é um processo aleatório, ou resultante das “políticas de globalização” ou das decisões dos operadores financeiros, de vez que impulsionado do seu interior pela lógica expansiva do valor e pela natureza valorativa do capital a tal ponto de esta lógica e esta natureza forçarem uma valorização fictícia, para além do que permite o processo real de valorização. O capital, enquanto “valor em processo” ou “valor que se valoriza”, assume formas monetárias, creditícias, financeiras e mesmo fictícias e cria uma multiplicidade de instrumentos financeiros e mecanismos institucionais entrelaçados num sofisticado sistema de crédito e instituições financeiras como meios/mecanismos que permitem romper as fronteiras territoriais e políticas nacionais, bem como todas as limitações/barreiras materiais, visando ampliar as possibilidades e acelerar o processo de valorização real ou financeiro-

fictícia do capital.

Da mesma forma que o valor tem sua forma privilegiada de existência no dinheiro, também o capital, por natureza, se expressa, sobretudo, como capital dinheiro ou capital monetário. É a forma dominante do capital na economia. A ela se subordinam as demais formas de existência do capital, o capital comercial e o capital produtivo industrial. Enquanto capital monetário, sua lógica invade e domina todos os momentos do processo de produção e de valorização: o financiamento, a concorrência, a formação dos preços, as formas alternativas da riqueza e, inclusive, a origem e a dinâmica das crises.

Em Marx (1984a), o ciclo do capital monetário envolve o ciclo do capital produtivo, como demonstra a expressão  $D - M - D'$ . O capital dinheiro ( $D$ ) inicia e fecha valorizado como ( $D'$ ) o ciclo de produção de mercadorias ( $M$ ), pois, “ao final do processo, o valor-capital encontra-se, portanto, novamente na mesma forma em que nele ingressou; pode, pois, inaugurá-lo e percorrê-lo como capital monetário. (...) Em  $D'$ , o capital voltou a sua forma original  $D$ , à sua forma dinheiro,... em que ele está realizado como capital”. Ou seja, capital só se realiza na sua forma sempre valorizada de capital dinheiro. Marx (1984a) acentua que a fórmula  $D - M \dots P \dots M' - D'$  expressa a natureza monetária da economia capitalista, ao dizer que, “o acento não está na valorização do valor, mas na *forma-dinheiro* (grifo original) desse processo, em que no fim é retirado da circulação mais valor em forma-dinheiro do que originalmente lhe havia sido adiantado, ...”.

A natureza monetária da economia capitalista significa em Marx que o valor-capital, não apenas procura valorizar-se, mas voltar sempre e permanecer na forma mais geral e abstrata, como capital monetário, que lhe dá mais flexibilidade, mobilidade e liberdade para encontrar sempre novas formas de valorização num espaço mundial sem fronteiras. Nesse processo de valorização, o

capital dinheiro assume a forma de capital fictício e de capital financeiro.

A possibilidade de existência do capital fictício decorre da própria natureza do dinheiro, enquanto forma autônoma de existência do valor, e se acentua com o desenvolvimento do sistema de crédito e especialmente do capital a juros<sup>5</sup>. O capital fictício surge, assim, da própria forma capital-dinheiro e se desenvolve através de sua circulação como capital monetário a juros, no âmbito do sistema de crédito.

Como acentua Harvey (1990), a inclinação para desenvolver formas de capital fictício está contida na própria forma dinheiro do valor e está relacionada particularmente com o aparecimento do dinheiro de crédito, pois o dinheiro de crédito sempre possui um componente fictício e quando este dinheiro de crédito se empresta como capital, então se converte em capital fictício. Ou seja, “o capital fictício está contido no conceito do próprio capital”.

Para Mazzuchelli (1985), o capital fictício, por um lado, é um verdadeiro capital que engendra mais-valor, sob a forma de juros e, por outro, de um capital fictício, na medida em que sua valorização e seu movimento não guardam qualquer correspondência direta e imediata com a valorização do capital produtivo.

O capital fictício mais representativo é constituído por títulos públicos e ações. O caráter fictício do capital representado em títulos e ações reside no fato de que não constituem direitos de propriedade sobre capitais em funcionamento, mas o direito a

---

<sup>5</sup> O capital dinheiro a juros, diz Germer (1995) é o fundamento do capital fictício. É “uma forma do capital portador de juros na medida que a taxa do rendimento coincide com a taxa de juros”, pois esta é a forma de “estimar o valor do capital fictício”.

um rendimento calculado na base da taxa de juros vigente<sup>6</sup>. O capital fictício das ações e dos títulos está referido a um valor potencial futuro traduzido em dividendos ou em impostos ou, em outras palavras, de um valor a ser “estimado” ou de um rendimento a ser gerado.

O conceito de “capital financeiro” permite entender aspectos dominantes no capitalismo atual, tais como a globalização financeira e a financeirização da economia<sup>7</sup>.

Para (Hilferding 1985), o “capital financeiro é o capital bancário, em forma de dinheiro” que se transforma em capital industrial, mas “mantém sempre a forma de dinheiro”. Para ele, “no capital financeiro aparecem unidas, na sua totalidade, todas as formas parciais de capital”. Ou seja, o capital financeiro significa “a unificação do capital”, pois o capital industrial, o capital comercial e o capital bancário se fundem entre si e se transformam em capital financeiro. É importante acentuar que o capital financeiro desenvolveu-se com a formação das sociedades anônimas, isto é, através das companhias por ações. E como as ações são uma forma de capital fictício, fica implícita a possível dimensão fictícia do capital financeiro, pois, como vimos, o conceito de capital financeiro não é uma nova forma de capital ao lado das

---

<sup>6</sup> Nesse sentido conclui Germer (1995): “Daí resulta que o ‘valor’ do capital fictício é estimado através da capitalização do rendimento a ser obtido, com base na taxa de juros, ou seja, é o valor-capital imaginário que, à taxa de juros vigente, geraria o rendimento dado. O processo é o inverso do que ocorre com o capital real: ao invés do rendimento ser deduzido do capital, é este que é deduzido do rendimento”.

<sup>7</sup> Neste sentido, parecem fundamentais as perspectivas sugeridas por Harvey (1990), Mazzuchelli (1985), Tavares (1976) e Braga (1993), dentre outros.



outras, mas a unidade que engloba e unifica todas as demais<sup>8</sup>.

Assim, o capital financeiro se afirma no capitalismo atual “como unidade”, do capital, como “valor em movimento”, ou “valor em processo”, como uma força de articulação e de controle sobre as demais formas do capital. Ao contrário das diferentes formas especializadas, que o capital assume de acordo os pontos do circuito que percorre, como capital dinheiro, capital produtivo, capital comercial, etc., o capital financeiro representa a unidade destas formas ou a forma mais geral do capital. O capital financeiro é a unidade de todas as suas formas, a forma mais geral, abstrata e dominante do capital<sup>9</sup>, o capital enquanto processo que percorre, articula e domina as demais formas particulares do capital, sem se fixar em nenhuma delas em particular, mas impondo sua forma e sua lógica geral de valorização a todas as formas particulares e específicas do capital.

Esses conceitos parecem fundamentais para explicitar a lógica interna do desenvolvimento e das contradições que movem o sofisticado edifício das finanças capitalistas atuais. A idéia central é que o desenvolvimento do sistema de crédito e das instituições financeiras não se explica apenas a partir das ações de seus operadores, como parece sugerir Michalet (2002) e das ações regulatórias dos Bancos Centrais, mas antes de tudo pela natureza e pelas contradições da lei do valor, que se expressa através da lógica do capital financeiro na forma como opera no capitalismo atual.

---

<sup>8</sup> Esta é também a interpretação de Harvey (1990).

<sup>9</sup> Na mesma perspectiva, referindo-se a Hilferding e a Lênin, Mazzuchelli (1985) acentua que: “É inequívoco que ambos procuraram, através da utilização do conceito, apontar par um fenômeno novo (...) que consiste na tendência dos capitais centralizados monopolisticamente a entrelaçar as distintas órbitas (produtiva, mercantil, creditícia, fictícia, etc.) superando e fundindo as formas parciais em que necessariamente se fraciona o capital”.

A concorrência financeira, por sua vez, atua no sentido de uma permanente criação de novas formas de dinheiro de crédito e de inovações financeiras. Esse movimento tende a ganhar autonomia e tornar-se fim de si mesmo, transformando a economia num “mundo de papel”, como assinalou Minsky (1986). A história financeira do passado e do presente está repleta de crises e falências provocadas pela incapacidade do sistema financeiro garantir essa “economia de papel”.

A valorização financeira do capital a juros reforça a idéia de valorização fictícia do capital, como um valor autônomo que se valoriza a si mesmo e por sua própria virtude, de tal modo que a acumulação de dívidas apareça como acumulação de capital real, em que tudo se duplica e triplica automaticamente e a acumulação de direitos ultrapasse de muito a produção real, todas essas “formas absurdas” de valorização do capital, como afirmou Marx, se fundamentam no dinheiro de crédito e se viabilizam através do sistema financeiro.

Em resumo, parece natural, lógico e irreversível o processo de mundialização do capitalismo e de “desconstrução” histórica das economias nacionais, bem como o desenvolvimento exponencial das finanças capitalistas, pois não constituem deformações, mas desdobramentos lógicos e necessários da forma monetária e creditícia do valor e do capital em escala mundial.

## 5 Conclusão

Um olhar de longo prazo na história de formação e desenvolvimento da economia capitalista permite ver a contradição entre economia nacional e capitalismo. A partir de uma formação nitidamente mundial das economias nacionais, o capitalismo se

consolidou como economia nacional, mas seu desenvolvimento histórico significou uma progressiva e inexorável “desconstrução” de suas bases nacionais, para afirmar-se como uma economia intrinsecamente mundial.

Nesse processo de mundialização, o capitalismo foi impulsionado de seu interior por uma sucessão de lógicas, que atuam de forma simultânea, mas hierarquizada, a partir de uma dominância da lógica comercial, sucedida pela lógica produtiva e culminando com a lógica financeira. Ao mesmo tempo em que essas lógicas se sucedem elas se hierarquizam e se influenciam reciprocamente. Sua atuação sucessiva configura também fases históricas de abertura e “desconstrução” dos espaços econômicos nacionais e construção, primeiro, da economia “inter-nacional”, depois da economia “multi-nacional”, para finalmente formar a economia mundial dos dias atuais. Podemos também denominar esse processo de “inter-nacionalização” comercial, em que predomina a exportação de mercadorias a partir de uma dinâmica centrada nas economias nacionais, “multi-nacionalização” produtiva, em que predomina a exportação de capitais, sistemas produtivos e relações de produção, através das empresas multinacionais, e globalização financeira, caracterizada não mais pela exportação de capitais a partir de uma base nacional ou “multi-nacional”, mas sim pela circulação do mundial capital financeiro, a partir do poderoso e sofisticado mercado privado internacional de capitais.

A compreensão desse processo histórico de mundialização do capitalismo requer uma explicação teórica. Trata-se, na verdade, do processo de mundialização do capital. Nunca é demais lembrar, que no capitalismo domina o capital e suas leis de desenvolvimento histórico, que operam, não de forma direta e automática, mas através do processo econômico e político, que no limite deve sempre viabilizar a valorização do capital. E o capital, como disse Marx, possui uma tendência universal que o força a destruir

toda barreira espacial que impeça ou dificulte sua valorização, ele tende a anular o espaço por meio da aceleração do tempo, até transformar todos os mercados num único mercado mundial.

O capital pode assumir histórica e teoricamente muitas formas, capital monetário, capital comercial, capital industrial, capital fictício e capital financeiro, mas é principalmente como capital financeiro, unidade de todas as demais formas, que ele tende a afirmar-se progressivamente no seu desenvolvimento histórico, pois como capital financeiro ele pode mais facilmente transitar de uma forma a outra, buscando explorar sempre sua maior valorização. No âmbito do capital financeiro, sobressai sua forma fictícia de valorização, esta “forma absurda”, que assume o capital, na ânsia de valorizar-se para além do que suas condições materiais lhe permitem. Apesar de “absurda”, esta forma não constitui uma deformação do capitalismo, mas a realização de sua natureza contraditória, que por isso mesmo redundava em crises periódicas.

A “desconstrução” progressiva das economias nacionais, ao enfraquecer o poder de regulação dos Estados nacionais, acarreta graves consequências para as sociedades nacionais. Todos os direitos e conquistas sociais, conquistados ao longo desses mais de dois séculos de desenvolvimento capitalista, só foram possíveis graças à garantia política dos Estados nacionais. E os Estados nacionais, embora as tenham precedido na sua origem, agora dependem das próprias economias nacionais. No entanto, a abertura comercial, produtiva e principalmente financeira das economias nacionais enfraqueceu o poder de regulação estatal, deixando a sociedade desprotegida de seus direitos e garantias sociais e, conseqüentemente, entregue a uma regulação pelo mercado. Todas as reformas estruturais nos sistemas de educação, saúde, trabalho e de seguridade social significam o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, que sintetizava as conquistas da sociedade

sobre as leis distributivas do mercado. Com isso, repõe-se o conflito histórico entre os objetivos da economia capitalista e os objetivos da sociedade, que estiveram na base de tantas lutas sociais.

A mundialização da economia capitalista, que segue seu curso natural inexorável, requer a invenção de novas formas de regulação, acima das bases nacionais, apoiadas em organismos internacionais públicos e privados. Mas enquanto esta ainda parece uma possibilidade remota, não resta outra opção para a sociedade desprotegida senão a resistência.

### Referências bibliográficas

- Adda, J. (2002). *La Mondialisation de L'Économie*. La Découverte, Col. Repères.
- Braga, J. C. S. (1993). A financeirização da riqueza: A macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismo centrais. *Economia e Sociedade*, 1(2):25–58.
- Braudel, F. (2002). *La Dynamique Du Capitalism*. Champs Flammarion, Paris.
- Germer, C. M. (1995). *Dinheiro, Capital e Dinheiro de Crédito – O Dinheiro Segundo Marx*. PhD thesis, IE-Unicamp, Campinas.
- Harvey, D. (1990). *Los Límites Del Capitalismo e la Teoria Marxista*. FCE, México.
- Hilferding, R. (1985). *O Capital Financeiro*. Nova Cultural, São Paulo.
- Marx, K. (1984a). *O Capital*, volume II. Abril Cultural, São Paulo.
- Marx, K. (1984b). *O Capital*, volume III, tomo I. Abril Cultural, São Paulo.

- Mazzuchelli, F. (1985). *A Contradição Em Processo*. Brasiliense, São Paulo.
- Michalet, C.-A. (1999). *La Séduction Des Nations Ou Comment Attirer Les Investissements*. Economica, Paris.
- Michalet, C.-A. (2002). *Qu'est-Ce Que la Mondialisation?* La Découverte, Paris.
- Michalet, C.-A. (2003). Souveraineté nationale et mondialisation. In Laroche, J., editor, *Mondialisation et Gouvernance Mondiale*. PUF, Paris.
- Minsky, H. (1986). *Stabilizing an Instable Economy*. NY University Press, New York.
- Norel, P., Aslangul, C., Bouba-Olga, O., Moreno, P., & Van Vliet, C. (2004). *L'Invention Du Marché. Une Histoire Économique de la Mondialisation*. Seuil, Paris.
- Tavares, M. C. (1976). *Da Substituição de Importações Ao Capitalismo Financeiro*. Zahar, Rio de Janeiro.
- Thiesse, A.-M. (2000). *A Criação Das Identidades Nacionais*. Temas e Debates, Lisboa.
- Wallerstein, I. (1985). *O Capitalismo Histórico*. Brasiliense, Rio de Janeiro.